

DAI/ABC/DEU/DCTEC/CGPI/ 5 /ETEC BRAS RFA

Em 18 de outubro de 2011.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de referir-me à Nota WZ445/468/2010, de 17 de dezembro de 2010, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, com referência à Ata das Consultas Intergovernamentais, de 31 de agosto de 2010, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996, celebrado entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, o seguinte Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica:

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão o projeto "Cooperação acadêmica orientada pela demanda entre o Brasil e a Alemanha nas áreas 'Florestas Tropicais' e 'Energia' no Brasil", se o mesmo, depois de examinado, for considerado elegível.

A Sua Excelência o Senhor
Wilfried Grolig
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha

2. O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento social e econômico na República Federativa do Brasil nas áreas de proteção e uso sustentável da floresta tropical, bem como energias renováveis/eficiência energética.
3. O Governo da República Federal da Alemanha alocará para o projeto mencionado no item 1, a expensas suas, contribuições em recursos humanos e material, bem como, quando oportuno, contribuições financeiras, no montante máximo total de 2.000.000,-- EUR (dois milhões de euros). Encarregará da execução do projeto mencionado no item 1 a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH, em Eschborn. A partir de 1 de janeiro de 2011, a GTZ passará a ser denominada "Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH". Esta mudança de nome não produzirá efeitos sobre os acordos em vigor e os projetos em curso.
4. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará um planejamento próprio e pormenorizado do orçamento, para garantir a continuidade do projeto mencionado no item 1, e providenciará para que as instituições a serem por ele encarregadas da execução prestem as contribuições necessárias ao projeto mencionado no item 1.
5. Os pormenores do projeto mencionado no item 1, das contribuições a prestar e dos compromissos assumidos serão estabelecidos em Termo de Execução, a serem concluídos entre o órgão executor mencionado no item 3, as instituições a serem encarregadas da execução do projeto pelo Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Em conformidade com o Artigo 6 do acima referido Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996, o Governo da República Federativa do Brasil assegurará que as instituições brasileiras por ele designadas prestem as contribuições referidas nos respectivos Termos de Execução. Esses Termos de Execução ficarão sujeitos

às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha, desde que seja respeitada a legislação brasileira.

6. O projeto mencionado no item 1 poderá ser substituído por outros projetos, por comum acordo entre os dois Governos, de forma a assegurar que os compromissos de Cooperação Técnica assumidos possam ser reprogramados, sem qualquer prejuízo para os dois Governos.

7. Os compromissos de alocação relativos ao projeto mencionado no item 1 e ao montante da Cooperação Técnica mencionado no item 3 serão anulados, sem serem substituídos, se não forem concluídos os Termos de Execução, referidos no item 5, dentro de um prazo de oito anos a contar do ano em que se assumiu o compromisso. No que se refere ao compromisso assumido no ano de 2010, o prazo expira em 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo do disposto no item 6. No caso de terem sido concluídos dentro do prazo previsto nos Termos de Execução para apenas uma parte dos compromissos, esta cláusula de caducidade aplicar-se-á apenas aos montantes parciais ainda não vinculados nos referidos Termos.

8. Para as questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do acima referido Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996.

9. O presente Ajuste Complementar é concluído nos idiomas alemão e português, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 9 acima, esta Nota e a Nota em resposta de Vossa Excelência, em que se expresse

a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituirão Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração."

2. Em resposta, tenho a honra de afirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, a aceitação dos termos propostos por Vossa Excelência. Nesse sentido, esta Nota e a de Vossa Excelência constituem Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, a entrar em vigor a partir da data desta Nota, no entendimento de que fica mantido o princípio da reciprocidade, a ser garantido aos congêneres brasileiros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil